



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	1

PatríciaStein r05

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – O Cerimonial solicita a todos que ocupem seus lugares, para o início desta audiência pública, bem como a gentileza de desligarem seus aparelhos celulares, ou utilizarem o perfil “silencioso”.

Senhoras e senhores, sejam bem-vindos a mais um evento da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nesta oportunidade, para participarem da audiência pública que objetiva analisar o Relatório de Execução Orçamentária de 2007, pertinente ao Orçamento Criança e Adolescente – OCA.

Convidamos, para tomar assento à mesa e presidir os trabalhos, a Exma. Sra. Líder do Partido dos Trabalhadores e autora da iniciativa, Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Desejo um bom-dia a cada um e cada uma de vocês.

Tenho uma alegria muito grande em contar com todos e todas, nesta Casa, particularmente, para fazer essa discussão que me parece de uma extrema relevância para o Distrito Federal que queremos.

Eu gostaria de convidar, para compor a Mesa, o Sr. Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Dr. José Agmar de Souza, que aqui está representando o Secretário de Estado e Planejamento de Gestão do Distrito Federal, Dr. Ricardo Pinheiro Pena.

s/KarlaPatríciaStein r05

Marinete



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	2

o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Dr. José Agmar de Souza, que aqui representa o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, Dr. Ricardo Pinheiro Penna; a Assessora Pedagógica do INESC, Dra. Márcia Acioli, que aqui representa o Diretor José Antônio Moroni; a Coordenadora do Fórum Orçamento Criança e Adolescente, OCA/DF, Sra. Assunção Fialho; o Coordenador do Fórum Orçamento Criança e Adolescente, OCA/DF, Sr. Domingos Francisco de Souza, conselheiro tutelar de Ceilândia; a Coordenadora do Fórum dos Direitos Criança e Adolescente, DCA/DF, Dra. Perla Ribeiro; o representante do Protagonismo Juvenil, aluno da Universidade de Brasília, Sr. Pedro Henrique Couto Torres.

Temos grande alegria em discutir e o objetivo desta audiência pública deliberada e sugerida pelo Fórum OCA, do Distrito Federal, é analisar o relatório de 2007 para que possamos aperfeiçoá-lo na perspectiva de que este ano ou na iminência de termos um novo relatório nesta Câmara, relativo ao ano de 2008, o Orçamento Criança e Adolescente, nós possamos corrigir algumas distorções, na perspectiva de que ele cumpra de forma mais profunda o seu objetivo.

Foi aprovada nesta Casa uma lei que estabelece a necessidade de que o Executivo encaminhe o relatório do Orçamento Criança e Adolescente para análise deste Poder Legislativo, espero que tenhamos esse objetivo cumprido, ou seja, uma metodologia, quem sabe, ou um procedimento que possa clarificar o relatório para que, a partir dele, possamos discutir as políticas públicas e aquilo que é previsto na Constituição Brasileira, a condição de prioridade absoluta para crianças e adolescentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	3

Estamos aqui nesta audiência pública com o objetivo de pontuar alguns elementos e procedimentos metodológicos que encaramos de forma insuficiente para que se cumpra o objetivo da própria lei. Nesse sentido, esta é uma audiência pública que visa aperfeiçoar, a partir da leitura dos vários entes que aqui estão, que são defensores dos direitos da criança e do adolescente, o relatório. Quem tem fome tem pressa. Não falo apenas de fome de pão, mas de fome de justiça e de igualdade, por isso tivemos pressa para dialogar com o Executivo e com a Secretaria de Planejamento para que possamos trabalhar no aperfeiçoamento do relatório que ainda será enviado a esta Casa.

O prazo de envio desse relatório é março, mês que vem, por isso, temos pressa em fazer essa discussão em fevereiro, na perspectiva de que tenhamos um relatório já corrigido no que couber, no que for avaliado com insuficiência na sua composição pelos componentes do Fórum, pelos que aqui estão, pelas pessoas e entidades que têm compromisso com a defesa dos direitos.

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar que detectamos

Marinete

Nós gostaríamos de primeiro ressaltar que detectamos alguns problemas metodológicos na construção do relatório. Essa é a avaliação que fizemos e, obviamente, é passível de discussão e questionamentos. Tais problemas, a nosso ver, são perfeitamente sanáveis, mas do modo como estão apresentados dificultam ou até impossibilitam uma correta análise comparativa do primeiro relatório OCA elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão relativo ao exercício dos anos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	4

anteriores. Por exemplo, no tocante à despesa anual total do GDF, o referido relatório trabalha com duas categorias orçamentárias: a despesa fixada e a despesa executada em ambos os exercícios. O conceito de despesa fixada trata de dotação orçamentária autorizada, enquanto o conceito de despesa executada trata de dotação empenhada e liquidada no exercício. No tocante à despesa relativa ao OCA, ao se observar dados de alguns programas – proteção ao adolescente em conflito com a lei, proteção e cuidado infantil -, verifica-se uma despesa executada superior à despesa fixada, o que nos faz inferir que a despesa fixada trata de dotação orçamentária inicial do exercício de 2006 para o primeiro programa e em ambos os exercícios para o segundo programa. Ou seja, calculou-se numa despesa fixada relativa a um programa e uma despesa executada relativa aos dois programas. Pegamos esses dois elementos, mas isso não faz com que tenhamos algumas dúvidas acerca dos critérios adotados em relação aos outros programas e a seus respectivos subtítulos, o que reforça a necessidade de rever a metodologia adotada. Para que possa ser elaborada uma radiografia quantitativa sobre o desempenho orçamentário e financeiro dos programas e seus subtítulos, há necessidade de maior detalhamento do quadro de despesas. Sentimos uma insuficiência no detalhamento do quadro de despesas seguindo o modelo dotação inicial, dotação autorizada, despesa empenhada e despesa liquidada.

Outra ordem de problema que percebemos refere-se ao programa erradicação do trabalho infantil, pois os dados relativos ao exercício não são comparáveis, já que em relação a 2006, a despesa refere-se à soma dos valores da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	5

bolsa PET e a jornada ampliada, enquanto em 2007, refere-se exclusiva ou predominantemente à jornada ampliada, já que passou a ser paga exclusivamente pelo programa Bolsa-Família em razão da integração dos programas pelo Governo Federal. Isso dificulta uma comparação da execução orçamentária entre os dois anos. Em razão dessas diferenças conceituais e dos problemas de interpretação e comparação que isso acarreta, os comentários que apresentamos a seguir devem ser vistos com reservas. Já de antemão, digo que fizemos alguns comentários acerca dos orçamentos e, como há uma dificuldade em função da metodologia adequada, estamos colocando os nossos próprios comentários com certa reserva de análise para que possamos buscar o aperfeiçoamento do OCA.

Em termos da despesa anual total do GDF, o nível de execução orçamentária, o percentual da despesa executada em relação à despesa fixada no exercício de 2007 foi de 79,48%, inferior ao exercício de 2006, que foi de 85,25%. Em termos do OCA, o conjunto dos programas, o nível de execução de 2007

Ive

o nível de execução de 2007 foi de 62.91, ligeiramente inferior ao de 2006, que foi de 63.87. O que mais percebemos e queremos destacar é a diferença do nível de execução do OCA em ambos os exercícios com relação ao nível de execução geral do orçamento do Distrito Federal. Nós também fizemos a comparação de qual foi a execução geral do orçamento do Distrito Federal para todos os programas, o orçamento na sua globalidade, em comparação ao orçamento da criança e do adolescente, com desempenho ainda pior do que no exercício anterior de 2007.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	6

Enquanto o nível de execução do OCA foi de 62.91, o conjunto dos demais programas atinge o percentual de 80.20%. Tivemos a execução menor, no orçamento dedicado às políticas da criança e do adolescente. Ressalte-se ainda que o OCA expressa menos de 5% do orçamento total do GDF, o que indica uma baixa prioridade no orçamento público aos programas de atenção às crianças e adolescentes no Distrito Federal.

Com relação ao combate, abuso e exploração de crianças e adolescentes, em 2007, o nível de execução orçamentária foi de 22.39%, baixíssimo, a nosso ver, ainda que bem superior ao de 2006, que foi de 0.44%. É absolutamente desigual o nível de execução de 2006, apesar de o Governo Federal, por meio do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que foi implantado em 2005, transferir para o GDF a totalidade dos recursos previstos no programa, hoje executado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Com relação à erradicação do trabalho infantil, tanto em 2006 como em 2007, apesar da dotação de recursos para a realização de pesquisas e mapeamentos dos focos de trabalho infantil, nada foi executado pelo Distrito Federal. A Dra. Luisa Marillac, que em seguida convidarei para sentar conosco à Mesa, sabe muito bem que agora estamos fazendo um recorte com relação à Estrutural, porque o trabalho infantil persiste nas suas formas mais degradantes, como o trabalho no lixo. Não falo só do trabalho infantil, que indica a falência de uma série de políticas - vamos combater esse trabalho infantil de forma multifacetada - mas vimos muitos bebês no lixo, o que isso significa? Obviamente, eles não estão trabalhando, mas estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	7

acompanhando as suas mães. Como não existem creches, para as mães trabalharem, é preciso levar seus bebês para poderem alimentá-los e cuidá-los no lixo. São cenas de que, se eu viver muitos anos e tomara que eu ainda os viva, nunca me esquecerei: mães no lixo, em uma lona preta improvisada, com uma criança em um berço, provavelmente resgatado do próprio lixo.

O relatório não permite separar a despesa relativa à concessão de bolsa às famílias do PETI da despesa referente à jornada ampliada. São ações socioeducativas e de convivência, o que impossibilita uma análise mais cuidadosa do desempenho orçamentário. Além disso, em 2007, a bolsa PETI passou a ser paga predominantemente pelo *Bolsa Família*, conforme já falamos anteriormente.

Ainda assim, em 2006, o nível de execução do programa situou-se em 64.75, apesar de igualmente o Governo Federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, transferir recursos financeiros tanto para a concessão de bolsas como para a execução da jornada ampliada. Recursos do Governo Federal compõem os recursos disponíveis para esses dois programas e mesmo assim tivemos uma execução orçamentária extremamente insuficiente, porque ainda temos dificuldades s/12

IVE

porque ainda temos dificuldade no mapeamento. Sabemos que há focos de trabalho infantil no Distrito Federal e convivemos com ele. A exploração sexual e o trabalho infantil não são invisíveis, são invisibilizados pelo Estado e pela sociedade. Mas não são invisíveis! Cada um que está aqui já viu uma situação de tamanha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	8

vulnerabilidade que favorece a exploração sexual de crianças e adolescentes. Cada um que está aqui já viu crianças trabalhando nas ruas ou já teve o contato, o diálogo com meninos e meninas vendendo panos de prato, flores nos bares, no trabalho informal ou nos sinais. Então, parece-me que é uma invisibilização a partir de uma miopia da noção de direitos de crianças e adolescentes e da noção de cidadania. O conceito de cidadania guarda uma diferença do conceito de defesa dos direitos humanos. Cidadania: estamos falando de deveres e de direitos! Direitos Humanos: estamos falando de direito, direito à dignidade humana. Um conceito muito mais aberto, muito mais acolhedor do que o próprio conceito de cidadania.

No caso da erradicação do trabalho infantil, não há limite de atendimento, desde que o GDF faça sua parte no sentido de identificar e cadastrar as famílias e respectivas crianças em situação de trabalho, desenvolvendo as ações socioeducativas de convivência, conforme normas federais estabelecidas para o programa. Não trabalhamos mais com as metas estabelecidas no PETI. Fazemos uma comparação a título de ilustração. Hoje não trabalhamos mais com metas! Vimos, quando se trabalhava com metas, que elas eram pactuadas entre o Governo local e o Governo Federal e não eram cumpridas. Com relação ao pagamento da bolsa, na época o PETI, as pessoas que a recebiam também não estavam com jornada ampliada. Há uma série de fatores que precisam ser encarados, envolvendo, por exemplo, a questão do transporte e pessoas que possam desenvolver essa atividade. Apesar de os dados do relatório não permitirem uma análise conclusiva, dados do próprio GDF indicam que, até outubro de 2007, tivemos um número de 17



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	9

mil crianças no trabalho infantil, havendo uma pequena redução neste ano, conforme constatado pelo PNAD, aqui no Distrito Federal, considerando crianças até 17 anos. Portanto, provavelmente estaremos com uma faixa legalizada dessas crianças e adolescentes para 23 mil crianças em 2006.

O GDF, em 2007, não havia liquidado um centavo sequer da dotação transferida pelo Governo Federal. Segundo dados do GDF, da Secretaria da Fazenda, o nível de execução orçamentária no exercício de 2008 continua muito baixo. À época continuava muito baixa com 37.48% em relação à jornada ampliada. Jornada ampliada tem *per capita* para a própria jornada. Então, portanto, há recurso do Governo Federal. Isso me deixa muito agoniada porque, recentemente, tomando exemplo de uma outra política, foi descredenciado o CEO, Centro de Especialização Odontológica. Dizem que o CEO se assemelha mais ao inferno em alguns lugares. Atendimento odontológico de especialidades, não o atendimento básico! Foi descredenciado o CEO do Gama, que é um programa bancado pelo Governo Federal. Esse centro foi descredenciado pelo próprio Ministério da Saúde em função de o Distrito Federal não cumprir suas contrapartidas. Ficamos, por volta de um ano, - não sei se ainda foi liberado – com 500 a 700 mil em conta para a construção de um Centro de referência à mulher vítima de violência. Esse seria um recurso do Governo Federal. Já passou um ano. Não sei os dados deste ano.

S/

Venessa R7



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	10

dados deste ano. Até o final do ano passado, estávamos sem execução, porque o GDF não havia apresentado a contrapartida, que era o local para o Centro de Referência funcionar. Por aí nós vamos caminhando e vendo que CAPs que tem recurso do Governo Federal... Enfim, jornada ampliada é um deles.

Com relação à proteção aos adolescentes em conflito com a lei, como já falamos na introdução, não é possível uma comparação. Em 2006, a despesa fixada se referia provavelmente à dotação inicial. Enquanto a despesa executada incluiu a suplementação orçamentária, o que fez com que o percentual da execução superasse, erroneamente, em 100% o valor da despesa fixada. Em relação ao ano de 2007, pode-se verificar que o nível da execução ficou muito aquém, 48,35% do fixado. Isso com relação ao ano de 2007.

Na contramão do SINASE, Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo, a execução orçamentária das medidas em meio aberto foi baixíssima. Me refiro a baixíssimo mesmo, porque foi 0% em relação à prestação de serviços à comunidade. Está hoje ainda com o Poder Judiciário, segundo o último relatório. Posso estar equivocada quanto aos dados, mas cerca de 800 adolescentes em cumprimento de medidas de prestação de serviços a comunidades não cumprem efetivamente a medida por falta de oferta de serviços ou de programas. Em relação à liberdade assistida, nós temos 48,93%. Podem pensar: "Ora, para 0% de PSC, nós temos uma boa execução para liberdade assistida". Entretanto, a despesa autorizada é muito baixa, foi absolutamente irrisória. Eu cheguei a dizer que seria atitude menos hipócrita em vez de oferecer ou dotar 69 mil para a liberdade assistida, dotar de 0;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	11

seria menos hipócrita dizer que não têm recursos. Eu falei isso com a perspectiva de ter uma dotação maior, mas acho que o Governo encarou isso literalmente e encaminhou a proposta inicial com 0 para o ano de 2009. E nós tentamos modificá-la aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Então, temos como exemplo em 2008 uma dotação inicial de R\$ 69.031,00. O GDF só autorizou a execução de R\$ 778,00 (setecentos e setenta e oito reais) dessa dotação, que já é muito baixa. Autorizou a execução de R\$ 778,00 (setecentos e setenta e oito reais) e, mesmo assim, só liquidou R\$ 563,43 (quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos).

Outro dado ilustra bem o descaso com que o Governo executa políticas públicas direcionadas às crianças e aos adolescentes em conflito com a lei. Em 2007 havia uma dotação orçamentária de R\$ 7.500.000,00 para o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, valor destinado à aquisição dos equipamentos necessários para equipar o CEAP de Planaltina, cuja inauguração estava prevista para aquele ano. Entretanto, nenhum centavo desse recurso chegou a ser utilizado. Foi necessário ocorrerem várias rebeliões e vários conflitos no CAJE em 2008 - inclusive a morte de uma adolescente - para que o GDF finalmente resolvesse agir e equipar o CEAP e transferir alguns adolescentes para a nova unidade. E o fez com muita dificuldade. As oficinas estão funcionando precariamente. Fiquei extremamente feliz de ver uma oficina que está sendo desenvolvida lá; com qualidade, embora criada por um servidor de carreira, que nem era do sistema de medida socioeducativa. Ele assumiu responsabilidade e conduz uma oficina de informática, onde os meninos estão criando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	12

Venessa R7

onde os meninos estão criando histórias de quadrinhos infantis, letra de música, fazendo *hip hop* no computador. Enfim, é uma coisa belíssima. Acho que são 4 ou 5 computadores, mas é algo belíssimo ver o prazer dos adolescentes de estarem ali porque a inclusão digital não é um fim em si mesmo, mas um meio para que eles naveguem naquilo que os atrai e que dialoga com sua subjetividade.

Quanto à promoção comunitária, em 2006, o programa nada executou do Orçamento. Em 2007, apesar da dotação de R\$ 7.919.435,00 (sete milhões, novecentos e dezenove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais) e da altíssima demanda por creches no Distrito Federal, o GDF só executou 3,65% da despesa fixada. A alegação de que as creches são atribuições do sistema educacional não se justifica, pois nada foi feito na área educacional para sua implantação, criando um vazio na atenção pública a crianças de 0 a 3 anos. Então, vejam bem, a Secretaria de Assistência Social, que tinha política de creches, com recorte da comunidade em situação de vulnerabilidade social - obviamente, é função da Secretaria de Desenvolvimento Social trabalhar com essa clientela -, diz: "Não! Creche agora é direito universal, está no Plano Nacional de Educação. A primeira etapa da educação básica, a FUNDEB, é da Secretaria de Educação. Então, a responsabilidade vai para a Secretaria de Educação. Não temos mais nenhuma responsabilidade com creche." Tampouco a Secretaria de Educação assumiu isso, e criou-se um vazio absolutamente destruidor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	13

Chico Buarque disse que não há vazios, que um copo vazio está cheio de ar. Então, em vazios, não há vazios. Se há vazios de políticas públicas, temos seu preenchimento com a lógica de naturalização de violação. É importante lembrar a completa omissão do Distrito Federal no atendimento de crianças dessa faixa etária e que se mantém praticamente inalterada no ano em curso. Segundo informações divulgadas pela imprensa, atualmente, existem apenas 9 creches públicas em atividade no Distrito Federal. Estas atendem apenas 682 crianças.

A falta de prioridade em educação, em 2007, pode ser verificada não só em relação ao ensino infantil, mas também no que se refere a construção e reforma em escolas públicas no ensino fundamental e no ensino médio. Se, em 2006, o nível de execução e empenho desse programa situou-se apenas em 34,14%; em 2007, foi mais baixa, situando-se em 18,14%. O mais grave nisso tudo é que esse programa contava com dotação orçamentária inicial de R\$ 140.300.000,00, entretanto, houve o cancelamento de R\$ 114 milhões, dos quais foram liquidados apenas R\$ 7.200.000,00. Isso demonstra que nós não temos a educação como prioridade. Se fizermos uma pesquisa nos conselhos tutelares e nos CRAS veremos que há uma demanda reprimida por creches. Os conselheiros tutelares vão dizer que duas coisas são comuns a todos os conselhos, independentemente de onde estejam localizados: atendimento a crianças e adolescentes em situação de drogadição e creches.

Projetos especiais de ensino.

Em 2007, o nível de execução orçamentária 0,45% conseguiu ser pior que em 2006, quando foi de 2,04%, resultando em baixa qualidade de atenção a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	14

projetos como aceleração de aprendizagem, aquisição de livros paradidáticos e igualdade nas diferenças.

Apoio ao educando.

Em 2007, relativamente a 2006, houve uma redução da despesa fixada em 95,5 milhões para 86,3 milhões, mas ocorreu um ligeiro aumento no nível de execução orçamentária e passou de 63,24, em 2006, para 68,65 em 2007. Alguns subitens importantes tiveram nível de execução orçamentária abaixo de 50%. Alimentação escolar para alunos da educação infantil, 48,65; alimentação escolar para alunos da educação profissional, 37,65; e programa integrado de saúde escolar, 0,97%.

Proteção ao adolescente.

Em 2007, segundo o relatório, esse programa obteve o segundo maior nível de execução do OCA, 88,41%, percentual um pouco acima
REVISORA: VERONICA percentual um pouco acima do de 2006, que foi 80,24%. Entretanto, verifica-se uma distorção na metodologia, já que no subitem Atendimento Sócio-Educativo Infante-Juvenil a despesa executada é de R\$ 3.795.050,00, enquanto a despesa fixada é de R\$ 824.503,00. Veremos o mesmo problema: uma despesa fixada extremamente inferior à despesa executada. Consideramos isso uma inconsistência, que deve ser corrigida - já nos referimos a ela no começo desta discussão. Às vezes, há suplementação mesmo, mas temos que ter uma noção exata. Assim teremos a perspectiva, para que possamos ter mais consistência nesses dados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	15

Alguns subitens desse programa referentes à extrema exclusão social, além de baixa dotação autorizada, possuem níveis de execução orçamentária muito baixos. A Abordagem de Rua para Crianças e Adolescentes possui 0%; o Atendimento em Casa de Passagem, 7,43%; a Assistência aos Adolescentes em Risco Pessoal e Social, 14,44%.

Educando Sempre: segundo o relatório, nesse programa, em 2006 e em 2007, houve um salto significativo de 63,87% para 97,25% no nível de execução orçamentária. Entretanto, novamente, em decorrência de uma distorção metodológica, exemplificando por dois subitens significativos - Manutenção do Ensino Fundamental e do Ensino Médio -, nos quais a despesa executada – R\$ 117.000.000,00 – superou em R\$ 51.000.000,00 a despesa fixada – 43%. Isso indica, na melhor das hipóteses, uma distorção muito grande no planejamento da peça orçamentária. É uma distorção imensa! Quarenta e três por cento a mais. Existe um problema, no mínimo, de falta de planejamento na composição, na construção da peça orçamentária.

Proteção e Cuidado Infantil: neste programa ocorre dupla distorção, já que o nível de execução orçamentária salta de 119,17%, em 2006, para 238,77%, em 2007. Só no subitem Atendimento Sócio-Educativo Complementar, enquanto a despesa fixada foi de 3,78 milhões, a despesa executada foi de 15,08 milhões. Num total de 16 ações desse programa, 13 ações tiveram execução nula. De 16 ações do programa Proteção e Cuidado Infantil, 13 tiveram execução nula: manutenção de várias creches assistenciais, entre outras.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	16

Por fim, para concluir, os dados dessa análise apontam para um fraco desempenho geral do OCA, o que exigirá do GDF maior empenho. Nós sugeriríamos aumentar a dotação orçamentária para os programas e ações de atenção à criança e ao adolescente. Sugeriríamos ainda estruturar adequadamente os respectivos serviços e, por fim, melhorar o desempenho da execução orçamentária.

Segundo a conclusão que temos, é necessário definir metodologia de acompanhamento mensal da execução orçamentária. Que possamos acompanhá-la mensalmente, garantindo a participação do Ministério Público, dos conselhos setoriais, dos conselhos tutelares e também, obviamente, do fórum OCA.

Já está acordado que na primeira reunião da Comissão de Orçamento e Finanças será aberto um espaço para isso – conversamos isso com o Presidente reeleito, Deputado Cristiano Araújo. Seria bom que alguém da Secretaria de Planejamento estivesse presente. Poderíamos sentar e discutir, apresentar o que é o Fórum OCA e discutir, com a presença da Secretaria de Planejamento. s/Raquel REVISORA: VERONICA discutir, com a presença da Secretaria de Planejamento.

Nós não trabalhamos com a lógica do quanto-pior-melhor, porque quanto pior, pior mesmo. Quanto menos as crianças têm os direitos assegurados, pior é o conjunto da sociedade, e mais se naturaliza a violação de direitos.

Portanto, nós trabalhamos para que tenhamos políticas com excelência, a fim de que possamos cortar ou romper com os corredores da exclusão social.

Além da correção metodológica para corrigir as distorções assinaladas no sentido de garantir fidelidade nas conclusões quantitativas, há necessidade de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	17

aperfeiçoamento da legislação referente ao OCA, detalhando e explicitando os tipos de dotação inicial e autorizada de execução, permitindo o empenho liquidado.

Nossa sugestão é que a legislação seja alterada e aprovada, para que tenhamos uma política de Estado, e, não, de governo, para a questão da criança e do adolescente.

Outra conclusão a que se chegou foi a necessidade de adicionar ao relatório mecanismos para avaliação qualitativa do OCA, metas e indicadores para medir a qualidade da atenção à criança e ao adolescente.

Seria importante termos a preocupação não apenas de elaborar a peça orçamentária de acordo com a lógica de proteção integral, mas de elaborarmos uma boa execução orçamentária, com indicadores e metas estabelecidas, uma discussão que estamos dispostos a fazer, para que possamos medir a qualidade. Por exemplo, vimos, no projeto básico da terceirização do Hospital de Santa Maria, que 30% das metas que devem ser cumpridas no processo de metas estabelecidas de parceria seria de qualidade de serviço, e 70% das metas que a empresa ou entidade de beneficência devem assumir são de procedimentos internos, como fluxo administrativo e suporte de informática.

No entanto, percebemos que há uma distorção, porque o fluxo administrativo e o suporte de informática servem à qualidade da política, que deve ser a maior meta. Mas o que também percebemos na análise do projeto básico desta terceirização, especificamente, é que não há nenhum procedimento metodológico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	18

para auferir a qualidade. Então, como saberemos se há qualidade ou não? Qual seria o instrumento para isso?

Eu acho que podemos nos dedicar a isso. Quando digo “podemos”, refiro-me também à Secretaria de Planejamento. Talvez, com esta audiência pública possamos montar um grupo de trabalho, com a participação da Secretaria de Planejamento, para que encontremos meios de corrigir esses elementos, estabelecer metas e definir quais seriam os critérios de construção.

Sei que isso não é um processo fácil, e por isso propomos esse grupo de trabalho, com a participação da Secretaria de Planejamento e com quem mais ela achar necessário - pois, na verdade, a Secretaria de Planejamento não é executora das políticas. Temos as políticas de educação, de assistência social, entre outras.

Acho também que podemos envolver a CEOF nessa discussão. Enfim, esses são pontos para discutirmos nesta audiência.

Tal como ocorre com o cumprimento das metas fiscais, previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, deveria ser obrigatório o comparecimento trimestral, a esta Casa Legislativa, dos Secretários de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e do Planejamento, para que, em uma audiência pública, em que estejam presentes os defensores de direitos, a promotoria e especialistas na discussão de políticas públicas para a criança e o adolescente - conselhos tutelares, entre outras instituições responsáveis diretamente pela execução e pela fiscalização de tais políticas - apresentem as justificativas para o não-cumprimento das metas fixadas na Lei Orçamentária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	19

De antemão, eu digo que vamos estabelecer tudo isso na discussão da LDO, que será concluída no primeiro semestre, antes do recesso. Mas era importante

s/Luciana

Milene Gui R13

mas era importante que tivéssemos a obrigatoriedade, com recorte de criança e adolescente, de que os gestores públicos pudessem estar aqui para que pudéssemos, trimestralmente, quiçá, fazer a discussão e ver qual é a justificativa.

Quando a gente fala em construir mecanismos para o acompanhamento mensal, estamos fazendo uma discussão acerca do Orçamento 2006/2007, que já passou, e não podemos mais mexer neles, não é? Não podemos mexer nem no de 2008! Quando propomos um acompanhamento em ato contínuo da própria execução, temos a possibilidade de discutir a mudança do curso da própria execução.

Por fim, achamos que tem de haver a previsão de penalidades e de responsabilização para o gestor público que dificultar ou impossibilitar a execução das dotações orçamentárias destinadas a viabilizar as políticas de proteção e assistência à criança e ao adolescente, baseado na Constituição Federal, art. 227. É preciso que haja a obrigatoriedade de justificar o acompanhamento em ato contínuo, a não-execução e também a responsabilização dos gestores, se for o caso, a partir da justificativa apresentada em relação à não-execução.

Estamos fazendo esta discussão, a qual queremos seja a primeira de uma série, para que trabalhemos com a lógica da construção da execução orçamentária



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	20

com relação à criança e ao adolescente e da qualidade das políticas – mecanismos para termos esse processo assegurado.

Lembro apenas que há uma previsão legal de que os conselhos tutelares participem dessa elaboração orçamentária, mas isso está sendo desconsiderado. Os conselhos tutelares não participaram pelo que sei, formalmente, da construção da peça orçamentária. Precisamos saber quem está aplicando a medida de proteção e quem está dialogando diretamente sobre a violação de direitos em cada uma das nossas cidades. Então, precisamos ainda corrigir isso e cumprir a lei, assegurando a participação do conselho tutelar em toda a discussão orçamentária.

São essas as considerações iniciais que queremos fazer. Como eu disse no início, elas são passíveis de correções e ressalvas, porque vários elementos nos deixaram absolutamente em dúvida em função da metodologia. Queríamos ver se podemos nos unificar nesta discussão para fazermos uma grande frente com o Poder Público e com o Executivo, porque, sem o Executivo, é difícil caminhar. Se estamos pensando na qualidade das políticas, é importante que tenhamos um parceira com o Poder Executivo. É importante que a Secretaria de Planejamento participe de todas essas discussões, contribuindo com elas.

Esperamos que esta audiência pública possa contribuir para superar algumas insuficiências que percebemos no relatório.

Para encerrar, eu queria dizer que não gostaríamos que ninguém duvidasse da nossa intenção nesta audiência pública, que é de aprimorar o relatório e os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	21

mecanismos para contribuir de forma honesta, intelectual, emocional e profissionalmente com a elevação da qualidade das políticas no Distrito Federal.

Com essas palavras, eu encerro a minha fala. Convido para compor a Mesa a promotora da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Sra. Luisa de Marillac. Os meninos do Projeto Geração perguntam: “E a nossa promotora? E a nossa promotora?”

S/Liana

Milene Gui R13

E a nossa promotora?” Então, acho muito bom que a sociedade esteja se apropriando da capacidade e da sensibilidade profissional da Dra. Luiza de Marillac.

Eu quero informar que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Distrital, Canal 9 da NET*.

Neste momento, passarei a palavra para a assessora pedagógica do INESC, que foi professora do meu filho, Sra. Márcia Acioli.

SRA. MÁRCIA ACIOLI – Falar depois da Deputada Erika Kokay é um pouco complicado em razão do detalhamento, da sensibilidade e da competência de S.Exa.

Em primeiro lugar, é importante reconhecermos que este é um momento histórico e importante. Elogiamos esta iniciativa com ênfase.

Não entraremos tanto no detalhamento técnico de todo o orçamento, até porque a Deputada Erika já o fez com muita competência, com olhar crítico e sensível, como sempre, porque acho que é impossível falarmos dos direitos da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	22

criança e do adolescente se descolando dessa sensibilidade que a Deputada Erika sempre traz.

Se não tivermos condições de perceber pelo que as crianças passam e o que as crianças vivem em seus mais diversos contextos – contextos de extrema violação de direitos, contextos com um pouco menos violação de direitos e às vezes um pouco mais –, se não tivermos a leitura da sensibilidade, acho que não avançaremos.

É importante percebermos como o orçamento revela as reais prioridades. Não adianta dizermos que “criança e adolescente” é prioridade se o que se revela é baixa dotação ou baixa execução das políticas.

Uma coisa em que temos trabalhado agora com muita ênfase é a formação de adolescentes para acompanhar e monitorar o orçamento a eles destinado. Nesse trabalho que temos feito no Distrito Federal, uma coisa que nos chamou a atenção de uma maneira extremamente negativa é a qualidade diferenciada de políticas destinadas às crianças mais ricas e às crianças menos ricas –crianças mais pobres –, ou seja, quando observamos a qualidade de educação em determinados contextos, vemos que não há absolutamente nada em relação a outros contextos.

Então, o que nos impressiona é que a política que defendemos, a política de direitos, seja igualitária, ou seja, que ela promova igualmente os direitos de todas as crianças e de todos os adolescentes do Distrito Federal.

Queremos destacar também em relação ao orçamento especificamente que a diferença metodológica traz problemas na leitura e na análise, como a Deputada já



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	23

destacou. Temos que construir parâmetros comuns para se fazer uma análise que tenha uma repercussão mais real.

Outra coisa para a qual chamamos a atenção, até por conta da nossa relação com os adolescentes, é que é importante a apuração do orçamento. Mesmo que a lei determine um prazo anual, que ele seja mais freqüente. O ideal seria que fosse mensal para que tivéssemos tempo suficiente para fazer pressão para a política de fato ocorrer conforme o ideal, até porque, quando se fala em alta ou baixa execução, nem sempre a alta execução reflete o ideal, porque o previsto está muito aquém da necessidade daquela realidade.

Nas leituras que fazemos

s/ Cláudia

Tatiana R02

[Instituto de Estudos Socioeconomicos — INESC](#)

Nas leituras que fazemos deste Orçamento, detalhado pela Deputada, há investimentos diferenciados, revelando também onde estão as prioridades do Governo. E, obviamente, quando lemos o Orçamento da Criança e do Adolescente, é fundamental que leiamos o conjunto do Orçamento do Distrito Federal para observar essa diferença e perceber onde, de fato, está a prioridade de Governo.

Enfim, queremos destacar, mais uma vez, que o importante é aumentar, é intensificar o monitoramento a partir das populações que têm interesse imediato. E nisso estamos trabalhando com essa formação e capacitação de adolescentes, para acompanhar de perto e ser capaz de incidir a tempo, porque não adianta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	24

finalizarmos o ano e, quando chegar ali, não termos mais energia, força, nem tempo suficiente para pressionar a realização daquele orçamento.

Chamo muita atenção para uma coisa que é notória: a diferença que há em todas as cidades. Temos investigado muito; inclusive, queríamos trazer a sugestão de problematizar o ensino médio, um ensino que oferece condições absolutamente desiguais em relações às escolas particulares. São problemas horríveis que acontecem em diferentes regiões, mostrando, evidentemente, qualidades diferentes conforme a região onde a criança está.

Mais uma vez destaco que, se temos políticas, há duas coisas importantes: políticas que, de fato, promovam os direitos, mas também precisamos de políticas que revertam as condições de produção de relação de direitos. São duas frentes nas quais temos de investir. Perceber e garantir que o Orçamento assegure e garanta, de fato, o rompimento desse ciclo de pobreza e violação que observamos nesses diferentes recantos do Distrito Federal.

Era só isso. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Concedo a palavra, neste momento, ao representante do Protagonismo Juvenil e aluno da UnB, Pedro Henrique Couto Torres. É um prazer tê-lo aqui.

PEDRO HENRIQUE COUTO TORRES – Obrigado e bom-dia. Vocês devem estar se perguntando o que um garotinho de 17 anos faz aqui, compondo uma Mesa com pessoas tão ilustres? Acho que é de extrema importância ter uma representação mais concreta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	25

Eu queria falar um pouco sobre essa experiência de iniciativa do INESC, intitulada “Protagonismo Juvenil: Direito, Cidadania e Orçamento Público”. Basicamente, é uma experiência que foi e, na verdade, ainda está sendo uma capacitação e formação política destinada a crianças e adolescentes. Temos como objetivo o desenvolvimento e o reforço do protagonismo na defesa dos direitos. Entendemos como processo fundamental da efetivação desses direitos o uso do Orçamento, mas não de uma forma burocrática, mas de uma forma cada vez mais acessível e entendível.

O Projeto começou em 2007 com três escolas: duas do ensino médio e uma do fundamental. São elas o CEAN, um antigo colégio – Centro de Ensino Médio da Asa Norte –, a Escola Classe 17 de Taguatinga e o Centro Educacional 4 do Guará. As discussões foram baseadas no tema “Educação de qualidade” e assim as discussões orçamentárias se configuraram.

Não é novidade a necessidade de um monitoramento s/Ney

Tatiana R02

Não é novidade a necessidade de um monitoramento bastante sistematizado e frequente no que diz respeito à Educação, e não somente à Educação, porque, afinal, existem outras realidades que são inseparáveis: Lazer, Cultura, Saúde, Segurança, enfim.

Nesse intercâmbio promovido entre essas escolas, presenciamos dois ambientes bastante distintos, mas com um ponto de articulação idêntico, que é a busca por uma educação de qualidade, uma educação verdadeira, com mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	26

motivações do que obstáculos, porque o que acabamos vendo na realidade do ensino público do Distrito Federal – não somente do Distrito Federal – é essa dificuldade em realizar os objetivos de um estudante.

É um tanto triste ver, por exemplo... eu conversei com umas colegas desse grupo de protagonismo juvenil do CED 4 do Guará – fui aprovado recentemente no Programa de Avaliação Seriada da UnB – e perguntei: “E aí, o que vocês querem fazer com a vida acadêmica, enfim?” E elas me responderam: “Bem, eu não sei, eu não me inscrevi para o PAS, não tenho perspectiva enquanto isso, vou procurar um emprego...” Bem, essa é uma realidade bastante presente, especialmente no colégio. E digo que até mesmo o meu colégio, que, apesar de ter uma realidade bastante diferente, ainda contou com algumas aprovações na Universidade.

Uma fala que também foi bastante interessante e de certo modo tocante – 75% dos alunos do CED 4 do Guará são da Estrutural – dentro das oficinas foi a de um garoto que disse assim: “Eu moro na Estrutural, quando alguém de lá vai procurar um emprego, tem que falar que mora em outro lugar”. Assim, na realidade já da exclusão acadêmica, que é presenciada por essas pessoas. E agora buscam um futuro profissional, um emprego. É bastante triste ouvir uma fala assim, de uma pessoa que tem poucas perspectivas, ou então que... enfim.

Retomando o foco, sobre Educação e Orçamento, ao longo do curso o contato com esses documentos de previsão orçamentária realmente fez que esses colégios enxergassem melhor essa realidade da Educação Pública. Por exemplo, no meu ex-colégio, o CEAN, não temos um auditório, e o que foi visto foi que existe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	27

uma verba destinada à construção desse auditório que não se efetivou. O colégio CED Guará 4, por exemplo, teve também um destino de verba para uma reforma completa que até hoje – eu não sei exatamente a idade do colégio, mas sei que ele não sofreu nenhuma reforma ao longo de toda a sua existência – não se efetivou.

Como experiência dessa oficina, e as oficinas são uma maneira pequena de se falar de toda a grandeza desse projeto, encontros e trocas foram coisas valiosíssimas. Uma parte desse grupo dessa formação política tivemos a oportunidade de participar de um seminário na cidade mineira de Sabará, onde se discutiram exatamente as questões de relações de protagonismo na juventude. Foi algo espetacular ver que toda essa articulação está sendo conjunta e não é apenas de um lugar. Vimos projetos semelhantes, com a mesma cara, em outros lugares. Foi algo muito enriquecedor.

Também tivemos representação no Fórum Social Mundial, em Belém, mas agora com um foco um pouco mais destinado à cultura e à política, mas é claro que a nossa experiência com o Orçamento também foi mostrada. É ótimo, como eu já disse, ver que não é só uma pequena comunidade de jovens estudantes que está querendo saber o que está acontecendo com o dinheiro. Então, para nós ficou bastante evidente

s/Denise

Glória

Então, para nós ficou bastante evidente o papel de atuação nesses espaços políticos e a importância das discussões orçamentárias, a transformação social que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	28

promove a efetivação dos direitos, que são os nossos direitos, dos jovens. A Constituição é bastante clara, no art. 227, quando diz que criança e adolescente têm absoluta prioridade em seus direitos. Prioridade no Orçamento é preciso!

É isso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Mas que fala linda! Parabéns!

Muito bom.

Obrigada, Pedro Henrique.

Antes de chamar a próxima pessoa, quero agradecer e registrar as seguintes presenças: Consuelo Vidal, Secretária Executiva do Fórum OCA; Pedro Paulo Henrique, Secretário de Mobilização do Partido dos Trabalhadores de Brasília e também trabalha no Sindicato dos Bancários; Patrícia Campanatti, assessora da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Adriane Pereira da Silva, Presidenta do Conselho Tutelar da Cidade Ocidental; Dione Monteiro, médica do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador; Lilian da Silva Ferreira, da Ouvidoria da Secretaria de Saúde; Cíntia da Silva Martins Caetano, gerente de contas; Vanderlei Almeida Bandeira, assistente social; Nelson José de Castro Pessoa, conselheiro do CDCA, das Aldeias Infantis SOS Brasil; Jean Carlos de Souza, da Assessoria Especial da Secretaria de Educação; Raimundo Aragão Júnior, membro do OCA; Cleusa Medeiros, professora dos Meninos e Meninas de Rua - é um prazer em tê-la aqui; Elizabete Alves, estudante do UNISABER; Paulo Henrique Soares de Moura, o "PH", carteiro; Domingos Francisco, que está conosco à Mesa; Paulo Santos de Carvalho, Diretor de Áreas Sociais da Subsecretaria de Planejamento do Orçamento; Ieda Alves



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	29

Batista Leite, da Secretaria de Planejamento; Thaís Alves Moreira, assistente social, está trabalhando na Liberdade Assistida, em Planaltina; Vitor Silva Alencar, advogado do CEDECA; Sabino Manda, assistente técnico do CECRIA. Estas duas entidades têm sido absolutamente fundamentais aqui no Distrito Federal, na assistência às crianças e aos adolescentes.

Neste momento, passo a palavra ao Domingos Francisco de Sousa, que falará como conselheiro tutelar.

SR. DOMINGOS FRANCISCO DE SOUSA – Inicialmente, cumprimento esta Mesa na pessoa da Presidente, Deputada Erika Kokay. Cumprimento todos os presentes, colegas, operadores de Direito na área das medidas socioeducativas e de prevenção.

Eu não poderia me ofuscar em dar uma pequena palavra, na condição de conselheiro tutelar do Distrito Federal da circunscrição judiciária de Ceilândia. Este momento é culminante e marcante.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, porque nós devemos sempre elevar os nossos pensamentos, as nossas atitudes, as nossas orações Àquele que é soberano, que está acima de tudo e de todos. Não no sentido de espiritualizar tudo, porém, somos seres sociais, morais, sem nos esquecermos de que somos seres espirituais, dotados

s/Fran

Glória

dotados pela sapiência do grande Criador.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	30

Estou aqui com nossa ferramenta, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu durmo e acordo com ele! Está gravado desde 1990: a doutrina da proteção integral.

O *caput* do art. 5º nos reporta o seguinte: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punido, na forma da lei, qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”. Esses cinco minutos de reflexão são justamente sobre a garantia e efetivação desses direitos que o Estatuto preconiza. O sujeito tem seus direitos na efetivação de suas garantias. Quando se diz “negligência”, entendo assim, salvo melhor juízo – na realidade, estou na condição de Conselheiro, que tem essa coisa da cobrança –, na condição de sujeito de direito, são negligenciados criança e adolescente quando se fica omissos no Orçamento OCA ou na destinação de verba, quando não lhes é assegurado e efetivado aquilo que é um direito, *data venia*, que justamente é uma agressão terrível que se faz não somente ao direito da criança, mas também está implícita a questão de sua família e do seu desenvolvimento sadio no dia-a-dia.

Esta reflexão ocorre em razão de uma angústia que é passada para nós, Conselheiros Tutelares, Sra. Presidente e Sr. Secretário que compõem esta Mesa. Temos de dizer: chega de violência contra os direitos da criança e do adolescente. Devemos pensar que um dia fomos criança, e ainda somos tão jovens! O universo está aí há mais tempo do que eu e você. Seria uma vaidade dizermos que sabemos de tudo e negarmos os direitos naturais da vida. Nem precisaríamos dizer que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	31

criança e adolescente têm direito à vida. Isso é um direito que Deus dá! A vida é um dom de Deus. É importante refletir sobre isso, nesta manhã, neste lugar. Somos ainda crianças e temos muito a aprender. Se os direitos dos pequenos são negados, os estamos negando a nós mesmos, porque lá na frente eles é que darão continuidade ao que estamos fazendo.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigado, Domingos.

Com a palavra à Coordenadora do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, DCA-DF, Dra. Perla Ribeiro.

SRA. PERLA RIBEIRO – Bom-dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Erika Kokay, parceira na defesa dos direitos da criança.

Toda vez que venho aqui, reforço a importância do trabalho da Deputada Erika Kokay na defesa da criança e do adolescente, e o seu compromisso com os direitos da criança que, infelizmente, não observamos em outros Parlamentares.

Cumprimento a Mesa também na pessoa do jovem Pedro. Todas as nossas ações têm de ter a participação de jovens e de adolescentes porque eles são sujeitos desses direitos, os quais lutamos por garantir.

S/Regina

PatríciaStein r05

E, nelas, tem de haver a participação de jovens e adolescentes porque eles são sujeitos desses direitos, por cuja garantia nós batalhamos e lutamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	32

Antes de entrar propriamente no relatório, temos de fazer uma reflexão sobre o que significa um Orçamento público. Nós costumamos dizer, no fórum, que o Orçamento público é o retrato exato das prioridades do Governo, em termos de gastos e de aplicação de política pública. Quando vemos um Orçamento não há como negar o que é prioritário. Por isso é importante que esse instrumento seja visível para todos e isso, infelizmente, no Distrito Federal, é um problema. Nós não temos essa visibilidade. Se vocês perguntarem hoje para a população quanto é gasto com a escola da comunidade, eles não vão saber dizer, porque o Orçamento é uma peça que se transformou num obstáculo para que as pessoas tenham acesso. Mas dizemos que a formação é básica e que pertence a eles, porque todos nós somos contribuintes, independentemente de classe social. Por isso o Orçamento é público e todos nós temos de ter acesso a essa informação e saber de fato onde estão sendo gastos os recursos captados por nós, cidadãos. É de fundamental importância que essa visibilidade seja posta em prática, como está na lei que fala da transparência do Orçamento, que é um dos princípios do Orçamento. Mas não basta apenas publicá-lo no Diário Oficial, é preciso torná-lo acessível a todos, com uma linguagem mais clara. Além disso, é preciso que nós participemos da sua elaboração. É de fundamental importância que pensemos em Orçamentos participativos porque, como a própria Constituição nos diz, nós vivemos numa democracia participativa e é de fundamental importância que comecemos a nos apropriar desses instrumentos de participação e o Orçamento é um deles.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	33

A princípio, gostaria de ressaltar que essa legislação é um avanço, não só em termos do Distrito Federal, mas do Brasil. Talvez seja a primeira legislação que destaca a necessidade de o Governo e de o Poder Executivo fazerem um relatório que demonstre seus gastos com o Orçamento Criança e Adolescente.

E, diante disso, já tivemos esse reflexo, inclusive, na elaboração do Orçamento de 2009, no qual conseguimos identificar, pela própria Lei Orçamentária Anual, o que é o OCA, o que é para criança e adolescente. No entanto, eu acho que há alguns problemas que já foram explicitados aqui, pela Deputada Erika Kokay e pela Sra. Márcia Acioli, com relação à metodologia utilizada. É muito difícil fazermos relatórios comparativos se não sabemos qual metodologia está sendo aplicada. A legislação coloca que a metodologia utilizada será a do OCA - Orçamento Criança e Adolescente. No entanto, ela também dá a possibilidade de outra metodologia. E, quando fazemos a análise do relatório, nós observamos que a metodologia OCA não está sendo utilizada de forma correta na elaboração desse relatório. Por exemplo: a metodologia OCA faz referência ao que é gasto direta e exclusivamente com a criança e o que não é exclusivo, ou seja, um exemplo: como atinge a população de criança e adolescente uma política de saneamento básico? Uma política de Saúde, no atendimento ambulatorial, como é que se atende a criança e o adolescente? Essa parte do não-exclusivo não temos um reflexo disso nesse relatório. E também do ponto de vista da exclusividade

Segue JacPatríciaStein r05

PatríciaStein r05



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	34

E também, do ponto de vista da exclusividade, alguns órgãos essenciais para a área da criança e do adolescente ficaram de fora como, por exemplo, os Conselhos Tutelares. Nesse relatório, não consta o orçamento destinado aos Conselhos Tutelares, que realizam eminentemente um trabalho voltado para a criança e para o adolescente. É preciso identificar essa metodologia até para que possamos fazer esses exercícios de comparação.

Outra questão importante é que não basta simplesmente saber o que é fixado e o que é executado. Precisamos saber de onde vêm os recursos para cada política. Preciso saber qual é a fonte de financiamento porque, assim, saberei que a fonte de financiamento ao combate à exploração sexual e à erradicação do trabalho infantil é eminentemente vinda do Fundo Nacional de Assistência Social. Ou seja, o GDF não coloca recursos para essas políticas. Disso precisamos saber.

Outra coisa que precisamos ver, nesse relatório, é para onde está sendo direcionada essa política. Existem políticas executadas por ONGs sem fins lucrativos e outras executadas diretamente pelo Estado. Com relação às medidas sócio-educativas, é muito importante que tenhamos essa visibilidade. Como Fórum, o CEDECA defende que a privação de liberdade seja executada pelo Estado. O Estado é que priva o indivíduo de sua liberdade; portanto, só ele pode executar essa política. Quando a gente analisa a fundo o Orçamento, a gente vê que há prioridade à terceirização na aplicação dos recursos e não à aplicação feita pelo Estado. Isso nos dá elementos para fazer uma análise mais qualificada do que é a política para criança e adolescente. Ou seja, ao olhar o Orçamento, precisamos perceber como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	35

vamos fazer essas avaliações de forma mais qualificada. E, para isso, preciso ter elementos que me informem de onde vêm e para onde vão esses recursos. Isso é importante.

Outra questão que mencionei é que é muito difícil ter acesso à peça e à execução orçamentárias. Nós, do Fórum DCA, temos uma parceria muito boa com o Ministério Público, que nos fornece informações, sempre que solicitamos. Mas é necessário que o GDF e a Câmara Legislativa do Distrito Federal pensem em mecanismos de sistemas via *Internet*, para dar maior publicidade a seus atos.

O que acontece é que temos relatórios trimestrais extremamente difíceis de serem analisados. Uma pessoa que não entende mais profundamente a linguagem orçamentária simplesmente não vai nem olhar, de tão complexa a forma com que o Orçamento é apresentado. O relatório é anual. Falamos quando já acabou. Não conseguimos ter incidência durante a execução.

A Deputada Erika Kokay levantou a questão gravíssima que é a Educação Infantil no Distrito Federal. Todo mundo tem acompanhado não só a situação das creches, para crianças de zero a três anos, mas também da pré-escola. Segundo dados oficiais, há oito mil crianças fora da Educação Infantil. A gente precisa ter ações enérgicas no momento.

s/ronaldoPatríciaStein r05

Marinete

e a gente precisa ter ações enérgicas no momento. A gente precisa saber quanto foi gasto em 2008, mas a gente precisa quanto há para 2009 e fazer incidência para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	36

que o recurso orçamentário vire financeiro. A gente observa que muitas reclamações são: "No Orçamento a gente tem, mas o financeiro não é liberado". E a gente precisa ter acesso a essas informações para fazer essa incidência política.

Do ponto de vista dessa análise mais qualitativa, eu queria ressaltar alguns pontos. É muito importante que a gente não olhe só o processo orçamentário, mas que a gente trabalhe também no planejamento desse Orçamento. Eu acho que existem alguns equívocos nos programas e ações do GDF com relação às políticas para a área da infância. Por exemplo: Quando se fala de política de combate a abuso e exploração sexual, só se pensa em termos de Secretaria de Assistência Social, não se pensa numa intersectorialidade de que essa política necessita. Eu preciso ter educação com recursos para prevenção dessa violação de direitos, eu preciso ter a Secretaria de Saúde com destinação orçamentária própria para atendimento a essas crianças vítimas de violência sexual. Eu preciso saber, dentro da Secretaria de Segurança, quanto de recurso está indo para esse enfrentamento, se, por exemplo, uma delegacia de proteção à criança é suficiente para o tamanho do Distrito Federal, e assim as demais políticas.

Quando penso na política de erradicação do trabalho infantil é a mesma perspectiva. Eu não posso pensar simplesmente que a política de erradicação do trabalho infantil é, como a gente escuta por aí, coisa da assistência social. Não é. Existe promoção de direitos humanos, então a Secretaria de Direitos Humanos tem de estar envolvida nessa política, mas outras áreas também têm de estar envolvidas, como a Educação, a Saúde, a Segurança, desenvolvendo suas respectivas políticas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	37

Eu preciso ver essa intersectorialidade quando olho para o Orçamento. Hoje, por exemplo, na Saúde, não consigo saber quanto do orçamento da saúde vai para o enfrentamento da violência sexual, a não ser que eu vá conversar com um técnico da saúde que trabalhe com o Orçamento e vá me dizer: “Para o combate da violência vai tanto desses recursos”. Ainda assim, é violência de uma forma geral, não é só com relação à criança e ao adolescente e eu preciso dessa visibilidade.

Outra questão é o envolvimento do sistema de garantias de direito na discussão do Orçamento. Quando a gente fala do sistema de garantia de direitos, o órgão principal é o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Conselho é o órgão que deve deliberar as políticas. Qualquer política pública que seja voltada para a criança e para o adolescente deve passar pelo Conselho dos Direitos porque é o órgão que tem tanto o Governo quanto a sociedade civil. Então, é um órgão que demonstra capilaridade e essa participação ativa da sociedade na deliberação das políticas. Se eu não tenho um envolvimento do Conselho de Direitos na elaboração – e que eu saiba, em nenhum momento, o GDF contactou o Conselho de Direitos na hora de elaborar o seu Orçamento, ou seja, o Conselho de Direitos fica sabendo *a posteriori*, depois que chega à Câmara Legislativa –, fica difícil. Precisamos fortalecer esses instrumentos.

Outro assunto que foi ressaltado pela Deputada Erika Kokay, é o Conselho Tutelar. É o conselho Tutelar que está na base dessas comunidades, que sabe das demandas. Eu tenho certeza de que se chegar para um conselho tutelar, fazer uma audiência e perguntar: “Qual é a maior demanda da comunidade de vocês?” Eles vão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	38

falar: “Educação infantil e uma política de saúde mental para crianças e adolescentes com relação à drogadição”. E são as políticas mais precárias hoje. Com relação à política de saúde mental, há zero de destinação, zero de execução. Isso em 2008, com todos esses problemas que a gente vem observando ao longo do ano.

Então, nesse sentido, eu acho muito importante

S/Kleber.

Marinete

Neste sentido, é muito importante a gente fortalecer essas instituições, apropriar-nos desse monitoramento constante e contínuo do Orçamento, participar desse processo de planejamento, porque, a partir do momento em que eu tenho essa participação nesse planejamento, verei de forma mais clara como estão sendo delineadas essas políticas e se elas realmente atendem ao que preconiza o ECA e a Constituição.

No ano passado ocorreu a formulação do Fórum OCA e a sua Constituição – acho que a Sussu vai falar um pouco mais sobre isso. O Fórum OCA pode ter tanto a participação de governos, da sociedade civil e de pessoas. E isso é muito importante, pois pessoas que queiram estar atentas, que queiram saber e monitorar quais são os gastos destinados e interferir também no processo de elaboração orçamentária podem vir compor esse Fórum, que é um mecanismo efetivo de controle social, de monitoramento, para que a gente tenha maior visibilidade quanto a esse Orçamento.

Eu queria ressaltar que na Lei, no art. 3º, está escrito que “o relatório será analisado por comissão de trabalho na Câmara Legislativa, composta por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	39

representantes da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, sob a coordenação da primeira.

Para essa comissão, serão convidados representantes do Conselho dos Direitos da Criança do Distrito Federal, da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal, da Promotoria de Defesa da Educação, do Fórum DCA, da Defensoria Pública, dos Conselhos Tutelares, do Tribunal de Contas do DF e das áreas de controle interno do Poder Executivo.

É importante que esse artigo seja posto em prática. É importante que haja essa comissão nesta Casa e que, em relação a essas entidades e esses órgãos que estão sendo convidados a compô-la, possamos realmente estabelecer um controle desse relatório aqui dentro da Casa, a fim de que possamos analisá-lo de uma forma mais qualificada e trabalhar na perspectiva de melhora do Orçamento para os próximos anos.

Quero também fazer um convite a todos. No dia 13 de março, o Fórum DCA, que é o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto pela sociedade civil, fará o lançamento do relatório a respeito dos 18 anos do ECA sob o olhar do Orçamento de 2008.

Então, elegemos alguns programas do Orçamento do ano passado, e faremos o lançamento desse relatório, colocando a nossa visão da sociedade civil sobre os gastos com essas políticas. Esse lançamento ocorrerá no Auditório da OAB-DF, às 9 horas da manhã, do dia 13 de março.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	40

Esse relatório vai servir, inclusive para o Fórum OCA e para esta comissão aperfeiçoar esse monitoramento em 2009.

Estamos analisando 2006, 2007. Fizemos a análise de 2008, mas precisamos olhar para o Orçamento de 2009, para não chorarmos o leite já derramado.

Obrigada a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Perla.

Passo a palavra, neste momento, à Coordenadora do Fórum Orçamento Criança e Adolescente, OCA-DF, Dra. Assunção Fialho.

SRA. ASSUNÇÃO FIALHO

s/**Karla**

Ive

SRA. ASSUNÇÃO FIALHO – Bom-dia a todos. Quero pedir desculpas pela dificuldade de articulação das palavras e agradeço pela paciência que terão de um esforço adicional para o entendimento.

Quero cumprimentar a Mesa, a Deputada Erika Kokay. Reforço as palavras da minha companheira Perla Ribeiro, acho que a Erika Kokay, não apenas como Deputada, mas como profissional, sindicalista e pessoa, é uma defensora ardorosa dos direitos humanos e é muito competente nessa militância.

Também quero cumprimentar a Dra. Luisa de Marillac, que deu uma contribuição gigantesca na criação do Fórum OCA; o Dr. José Agmar de Souza, porque está nos ouvindo, tenho certeza de que ele nos abrigará em nossas considerações no que for possível; os companheiros Márcio Acioli, do INESC; a Perla



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	41

Ribeiro, do Fórum DCA e conselheira dos direitos da criança; o Domingos Francisco de Souza, que, além de conselheiro tutelar, é coordenador do Fórum OCA; o Pedro Henrique Couto Torres, que tive o prazer de conhecer na última reunião do Fórum, estou chegando à conclusão de que ele é um sucessor nosso nessa luta.

Antes de começar a falar do orçamento propriamente dito, eu gostaria de ressaltar como nos preparamos para isso. Sabemos que três instituições, no Distrito Federal, já fazem monitoramento do orçamento, que são: o INESC, o Fórum DCA e a Promotoria da Infância. Então, o Fórum OCA, quero deixar bem claro, reconhece o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente como a legítima instância de acompanhamento e avaliação das ações voltadas para a criança e o adolescente e também da competência dos conselhos setoriais para o exercício do controle social. Esse é o primeiro aspecto que quero deixar bem claro. Segundo, qual seria o papel do Fórum OCA? O Fórum OCA é um espaço de reflexão coletivo das condições e atenção à criança e ao adolescente, entendendo que o monitoramento do orçamento é um instrumento privilegiado para ele. Então, somos mais um espaço de validação dos relatórios do que propriamente de confecção e elaboração deles. E com esse entendimento, nós fizemos uma reunião da qual participaram tanto o INESC quanto o Fórum e a Promotoria na instância, que faz o controle do orçamento, e listamos quais seriam as condições necessárias para um relatório que permitisse uma visibilidade maior e uma análise mais consequente do orçamento.

Nessa reunião, chegamos ao seguinte encaminhamento: primeiro, que as instituições integrantes do Fórum consideram como avanços relevantes no Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	42

Federal, primeiro, a própria existência do relatório OCA. Esse relatório, no nosso entendimento, finaliza o compromisso do Governo do Distrito Federal

no nosso entendimento, possibilita identificar os recursos financeiros destinados à criança e ao adolescente no Distrito Federal; verificar a realidade do atendimento dado pela administração pública às crianças e aos adolescentes; averiguar o funcionamento de fundos específicos, como é o caso do fundo da criança e do adolescente e o fundo da assistência social, e permite ainda averiguar o funcionamento dos conselhos setoriais de política.

A elaboração do relatório OCA é absolutamente fundamental para fazer avançar a política de atenção à criança e ao adolescente. O segundo grande avanço que consideramos é a sanção da Lei nº 4.086, de 26 de janeiro de 2008, como a Perla já disse, que é ímpar, talvez seja uma das poucas experiências no Brasil. Essa lei traz dois pontos que para nós constituem esses avanços: primeiro, define no art. 2º § 1º uma metodologia claramente colocada lá, elaborada pela ABRINQ, UNICEF e INESP, testada e validada nacionalmente. Para nós, é muito importante que essa metodologia seja adequada. No entanto, o § 2º admite o uso de outras metodologias. É aí que o bicho pega. Se formos admitir a existência de outra metodologia, a primeira coisa que se tem de dizer no início do exercício é qual metodologia estará sendo adotada, para que não haja impossibilidade de acompanhamento. Achamos que esse ponto talvez mereça aprimoramento na lei, para não permitir que possamos vacilar na metodologia ou na opção de se adotar ou não uma outra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	43

Outro grande ponto de avanço da lei é a criação da comissão de trabalho, citado pela Perla. Em que essa comissão de trabalho constitui o avanço? Primeiro, porque ela envolve diferentes atores do sistema de garantias no acompanhamento e na avaliação das ações voltadas para a criança e o adolescente. Segundo, porque ela possibilita o diálogo entre diferentes conselhos setoriais entre si, desses conselhos setoriais com conselho tutelar e deles todos com os gestores. Isso é absolutamente maravilhoso que aconteça. Terceiro, ela propicia uma análise intersetorial, como a Perla sinalizou. A intersetorialidade é absolutamente necessária. Ela permite uma análise intersetorial que poderá resultar em soluções e ações conjuntas. Outro avanço que a constituição dessa comissão significa é que ela permite à sociedade civil, através de suas diferentes organizações, conhecer os desafios enfrentados pelo Governo do Distrito Federal no atendimento à criança e ao adolescente, onde estão as dificuldades. Que essa sociedade civil, através de suas organizações, possa também participar do esforço de superação desses desafios. Acreditamos que esses foram avanços relevantes e significativos. Também consideramos que permanecemos com uma série de desafios. Primeiro, temos o entendimento que está colocado na metodologia do relatório OCA

Venessa R7

do relatório OCA, que ele possui três momentos bem distintos. Um momento que é o da apuração dos dados, um momento que é o da consolidação das informações e um momento que é o da validação desses dados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	44

Considerando tantos momentos diferentes na sua elaboração, a gente entende que seria recomendável a existência de um comitê de apuração. Isso está previsto na metodologia, só estamos reafirmando que realmente é necessário. Um comitê de apuração do Orçamento Criança seria integrado por representantes principalmente dos órgãos dos setores de educação, saúde, assistência aos direitos humanos e planejamento, orçamento e finanças; preferencialmente criado por portaria ou por decreto do Governador que dote esse Comitê de autoridade formal para solicitar aos órgãos os encaminhamentos de dados necessários à elaboração desse relatório. Esse comitê seria responsável pela criação das condições de levantamento da base de dados e pela coordenação e seleção das ações que integram o Orçamento Criança.

Lembrando o que disse a Perla e as várias pessoas que me antecederam - insistirei porque acho importante dizer -, o levantamento de dados é fundamental, mas não é condição suficiente, certo? O levantamento de dados é importante, porque, em geral, os gestores de políticas públicas não costumam lidar diretamente com orçamento e a turma do orçamento não conhece detalhes da política setorial. É preciso juntar essa turma, ela precisa dialogar. A participação integrada da turma do orçamento com a turma executora e gestora das políticas vai permitir que a apuração final reflita a realidade de fato das políticas públicas e dos gastos públicos do Distrito Federal com as crianças e os adolescentes.

Outro ponto que consideramos altamente recomendável - a Perla já falou e estou reafirmando - é a disponibilização desses dados em planilha eletrônica, porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	45

eles são muitos. É algo pesado, é um artigo difícil se não for feito eletronicamente, é complicado de se acompanhar.

Também consideramos necessário assegurar que, na apuração do orçamento criança, os dados colhidos permitam verificar o que já foi dito por todos que me antecederam. Não só o que foi alocado, mas o que foi efetivamente gasto. Recomendamos que haja duas bases distintas de dados, uma base do orçamento anual que foi alocado e outra base de execução orçamentária. Essa base de execução teria uma leitura mensal.

Conversamos com as instituições responsáveis diretamente pelo monitoramento e consideramos que, se as condições forem dadas, com a leitura desse novo relatório, teremos condições efetivas de dizer como e onde se dará a ampliação dos serviços e a qualidade necessária a eles.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Passo a palavra à Promotora de Infância e Juventude do Distrito Federal Luisa de Marillac.

Venessa R7

SRA. LUISA DE MARILLAC – Bom-dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a todos. Estou me sentindo muito feliz nesta Mesa extremamente competente. Isso demonstra que o Distrito Federal conta com defensores de direitos de crianças e adolescentes muito qualificados.

Mais uma vez ressalto a importância de termos a Deputada Erika Kokay na Câmara Legislativa como defensora dos direitos da criança e do adolescente e dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	46

direitos humanos. Em termos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, sua atuação permanente, consistente, coerente e firme nos traz muita tranquilidade.

Eu gostaria de dizer que me sinto muito feliz de estarmos nesse verdadeiro exercício democrático! O Brasil vem vivendo há mais de 20 anos sob a égide da Constituição de 1988. Estamos ainda aprendendo a viver e a exercer a democracia, embora tenhamos vivenciado momentos democráticos no País. De fato, a partir de 2008 esse regime se consolida em nosso país.

O nosso aprendizado precisa de dedicação e consciência. Precisamos ter, cada vez mais, a consciência de que estamos aprendendo a fazer democracia neste país. Se há pouco tempo estamos ampliando a discussão sobre orçamento público é porque não tínhamos esse aprendizado democrático a respeito desse instrumento. Precisamos, como povo brasileiro, população e cidadãos, nos apropriar desses vários instrumentos de democracia. A democracia brasileira participativa significa avançar para além do voto, para além da escolha, embora ela seja importantíssima! Eu diria fundamental.

Democracia participativa significa dominar instrumentos de controle social e exercê-los de fato. Esse controle social deve ser exercido por várias instituições, mas também pelos cidadãos. Dessa forma, o fórum OCA nos dá um presente, porque prevê na sua composição a participação de cidadãos, de pessoas que podem utilizar desse instrumento como instrumento de controle social e também como exercício democrático!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	47

O Ministério Público Brasileiro, juntamente com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude, já havia lançado, por volta de 2005, uma campanha intitulada: lugar da criança é no orçamento. O Ministério Público do Distrito Federal, a partir de 2006, por meio da Promotoria da Infância, Promotoria da Educação e assessorias, começou a tentar desvendar o grande segredo do orçamento público. Segredo que, aliás, vinha sendo guardado a sete chaves por ser um instrumento que possibilita, ao mesmo tempo, a ampliação desse exercício democrático

REVISORA: VERONICA a ampliação desse exercício democrático, quando ele é revelado, mas, ao mesmo tempo, a diminuição desse exercício democrático, a diminuição absurda de controle, quando ele não é revelado. Então, trata-se de um segredo guardado a sete chaves, que a população brasileira encontrou, especialmente a população do Distrito Federal, e abriu a caixa. E agora nós estamos desvendando esse segredo. Viver este momento é de extrema felicidade e emoção para todos nós que estamos aqui e participamos disso tudo. Viver este momento, tendo à mesa um adolescente, que é sujeito de direito - e nós não cansamos de dizer que criança e adolescente são sujeitos de direito e que, no entanto, nós costumamos mais falar sobre eles do que falar com eles - é mais emocionante ainda. Acho que este momento, esta audiência pública é especialmente feliz neste histórico exercício democrático em que nós temos, na mesa de diálogo, um representante legítimo desses sujeitos de direitos de quem falamos. Então, quero ressaltar essas questões, que são muito importantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	48

Em relação ao orçamento para a criança e o adolescente no Distrito Federal, eu acredito que as minhas antecessoras já destrincharam todas as dificuldades existentes, as necessidades de avanço. E nesse contexto, Dr. José Aguiar, que é Subsecretário de Planejamento, nós ficamos felizes em ter um representante do Governo do Distrito Federal presente, ouvindo todas essas sugestões, porque nós acreditamos no aperfeiçoamento. A busca de transparência no orçamento para a criança e o adolescente é um elogio a mais que vale ser feito. Refiro-me ao Anexo 20 da Lei Orçamentária Anual de 2009. Esse anexo é um demonstrativo das despesas com criança e adolescente. Trata-se não só de se ter essa lei que estabelece um relatório *a posteriori* do orçamento, mas também, desde logo, na edição da Lei Orçamentária, de se ter o destacamento desse orçamento para a criança e o adolescente, para facilitar o controle social. Se nós precisamos desse controle previsto na lei, um controle *a posteriori*, que vai buscar principalmente o aperfeiçoamento na elaboração das futuras leis, nós precisamos também de um controle permanente do orçamento, que é o que irá impulsionar as políticas públicas. No momento em que nós, membros da sociedade, que fazemos parte do controle social, nos apropriamos desse controle cotidiano do orçamento, nós nos habilitamos a interferir também no cotidiano dessas políticas públicas. Então, nós precisamos desse avanço. Então, eu não sei se o Anexo 20, que é o demonstrativo das despesas com a criança e o adolescente, foi aprovado da forma que nós temos aqui. É claro que ele também precisaria sofrer as alterações sugeridas para o próprio relatório criança-adolescente previsto na lei. Ele também precisaria disso, porque ele está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	49

mais ou menos nos mesmos moldes e com algumas deficiências. Mas isso já é um avanço, e nós reconhecemos o esforço de possibilitar esse controle social.

Então, nós queremos fazer um elogio por isso e dizer que essas atitudes de maior transparência se dão a partir do levante da sociedade para assumir a função de controle. Cada vez mais precisamos estar capacitados e aperfeiçoados nesse controle, assim como apropriados dos instrumentos de controle. O controle que o Ministério Público institucionalmente faz, de um lado, assim como o que a própria Câmara Legislativa do Distrito Federal faz, do outro, com a contribuição do Tribunal de Contas, precisam ser ampliados. E ele, dentro de uma democracia participativa, é o controle social, a ampliação dos controles das políticas públicas. S/Kênia

REVISORA: VERONICA controle das políticas públicas. Uma das funções do Ministério Público, que é o fortalecimento do regime democrático, envolve uma grande preocupação com a convocação da sociedade na participação do controle social. Acho que temos desafios, e talvez estejamos perante vários desafios com relação às políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes. Estamos desvendando a “caixinha de pandora” do orçamento, e esse é um desafio importante que estamos vencendo, mas precisamos ter consciência de que desvendar o orçamento é um dos instrumentos de controle social. Precisamos trabalhar além do orçamento e do controle de qualidade das políticas públicas. Precisamos trabalhar com definição de parâmetros de qualidade para as políticas públicas. Esses parâmetros de qualidade para as políticas públicas devem ser construídos democraticamente, com a participação da sociedade, com a participação do cidadão. Dentro do avanço



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	50

democrático que estamos vivenciando, embora tenhamos alguns retrocessos, não podemos mais pensar em elaborar política pública sem conversar com os sujeitos de direito dessas políticas públicas. Então, convocamos o Distrito Federal a assumir essa parcela de responsabilidade, realizando as audiências públicas na ocasião da elaboração do orçamento, que só são realizadas na Câmara Legislativa. É preciso que o Poder Executivo realize audiências públicas prévias no momento da elaboração do orçamento. Isso é muito importante. Que essas audiências públicas possam ser setorizadas, para possibilitar maior participação da população.

Então, quando formos elaborar o orçamento público para a política pública voltada à erradicação do trabalho infantil, que realizemos uma audiência pública ainda no Executivo, antes de o Poder Executivo enviar a proposta à Câmara Legislativa. Um dos instrumentos importantes que o Distrito Federal pode fazer é implementar essa idéia para ampliar a democracia no Distrito Federal.

Eu queria encerrar dizendo que fiquei muito feliz com o Pedro Henrique, nosso adolescente que está presente à Mesa e traz a notícia dos projetos de capacitação política dos jovens. Esses projetos devem ser de política pública. Nós não temos de ter projetos aqui e ali, mas, sim, uma política pública inserida na escola de capacitação política de jovens e crianças. Por que as nossas crianças não podem ser capacitadas a participar da nossa vida política?

Então, como o exemplo do Pedro Henrique, eu queria dizer que podemos avançar. Os vários projetos democráticos de defesa de direitos que existem no Brasil nos mostram que é possível fazermos isso com políticas públicas. Precisamos olhar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	51

para esses projetos, olhar para esses exemplos e ampliá-los em verdadeiras políticas, para que não tenhamos nesta mesa só os jovens do CEAN, da escola de Taguatinga e das três escolas citadas aqui, mas, sim, esse auditório

S/Nara

Nara T06 – Revisão: Philippe R10.

esse auditório cheio de adolescentes que tenham a noção de sujeitos de direito que são, porque tenho certeza de que a ampliação da participação popular vai orientar o Poder Executivo e os demais poderes rumo a uma democracia cada vez mais real, perfeita, concreta e cotidiana no nosso País.

Era isso.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Dra. Luisa de Marillac.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, informo que abriremos espaço às pessoas presentes no plenário que quiserem fazer uso da palavra. Cada pessoa poderá falar por um período de 3 minutos. O Cerimonial vai colher a inscrição – é só levantar o braço – durante a fala do Dr. José Agmar.

Concedo a palavra ao Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Dr. José Agmar de Souza, que representa o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, Dr. Ricardo Pinheiro Penna.

SR. JOSÉ AGMAR DE SOUZA – Bom-dia a todos.

A Deputada Erika muito sabiamente me deixou por último, porque o meu papel aqui é exatamente este: ouvir muito e falar pouco. A Dra. Perla e, depois, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	52

Dra. Luisa, assim como outras pessoas da Mesa, falaram muito da questão do avanço na legislação. Se eu não estou enganado, a Dra. Perla disse que o Distrito Federal saiu na frente. Isso é muito importante. Nós do Orçamento ficamos felizes de participar deste momento histórico. Prova desse avanço é que estamos aqui analisando o primeiro relatório, que é o de 2006/2007. Pode parecer que estamos muito atrasados, mas não é verdade. Esse foi o primeiro relatório, fruto de uma legislação recente. Fizemos o primeiro relatório. É claro que tivemos dificuldades, deficiências... Falta, muitas vezes, alguma definição... Mas estamos a tempo. Esta audiência está muito a tempo porque podemos corrigir agora para o relatório de 2008, que legalmente tem o prazo até 30 de março para ser entregue.

A nossa secretaria, em nome do Dr. Ricardo Penna, tenho certeza disso, está aberta a toda e qualquer discussão. Eu, particularmente, gosto muito da idéia de uma comissão para estudarmos juntos a própria metodologia de elaboração e aquilo que é possível ser feito. Existem muitas deficiências no Orçamento. Determinados números precisam ser destrinchados ou identificados dentro do Orçamento da Educação e, principalmente, da Saúde no que se refere àquilo que está mais voltado à questão do atendimento à criança e ao adolescente. São essas as dificuldades, mas não quer dizer que nada possa ser feito.

Então, essa comissão conta com a participação não só da nossa secretaria como também da Secretaria de Fazenda e das secretarias mais diretamente envolvidas, que são as secretarias executoras dos programas sociais – Saúde,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	53

Educação, SEDEST, Secretaria do Trabalho... É muito importante a participação de todas elas.

Sem alongar muito, em algum momento, a Deputada Erika, se não estou enganado, falou sobre a questão dos indicadores de definição, de bons indicadores para as áreas sociais. Eu queria dizer a V.Exa., Deputada, que foi publicado ontem um decreto que atualiza os indicadores de todos os programas do PPA. Então, lá estão os indicadores dos programas sociais. É claro que também estamos avançando. A Deputada Erika conhece muito bem isso. Antes, não existia PPA; depois do PPA, não havia indicador absolutamente nenhum; depois passou a haver alguns indicadores... Estamos tentando melhorá-los. Então, fruto desse avanço, de todo um trabalho feito na secretaria, temos agora uma atualização desses indicadores de PPA publicada no Diário Oficial de Ontem.

Bom, concluindo.

s/Raquel

Raquel T07 – Revisão: Philippe R10.

Concluindo, não há muito a acrescentar depois de tudo o que foi dito.

Acho que a nossa participação foi muito importante e estou muito feliz em participar deste debate, pois como Subsecretário de Planejamento e Orçamento, de certa forma sou um dos responsáveis, talvez um dos maiores responsáveis pela elaboração do Orçamento do Governo do Distrito Federal.

Levarei as informações do debate ao Secretário Ricardo Pena e a toda equipe da subsecretaria para que fiquemos atentos à questão do orçamento destinado à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	54

criança e ao adolescente, além daquilo que já vem sendo observado com relação às limitações no sentido de proceder a algum tipo de ajuste ou de cancelamento, procedimento que até há algum tempo era comum, transferindo recurso de um programa de trabalho para outro. Hoje, toda a nossa equipe está muito atenta a essa questão da legislação que limita certos procedimentos e continuaremos empenhados no avanço desse trabalho. Vocês podem contar com toda a equipe da Secretaria de Planejamento, pois tenho certeza de que estamos empenhados no aperfeiçoamento da qualidade do nosso trabalho como um todo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Muito obrigada, Sr. José Agmar.

Com a palavra a Sra. Cleuza, da Escola dos Meninos e Meninas do Parque e uma grande defensora dos direitos da criança e do adolescente.

SRA. CLEUZA – Bom-dia a todos.

Eu não sei se procede o que vou reivindicar nesse momento.

Trabalhamos no Parque da Cidade em local inadequado para desenvolver uma proposta de qualidade pedagógica. Lá nós discutimos muito essa questão. Uma das dificuldades enfrentadas, por exemplo, é a mistura dos maiores com os menores ao realizar um trabalho de prevenção com aquele que já se envolveu no mundo do crime.

Não sei se é o momento, mas quero deixar essa reflexão quanto ao nosso local de trabalho, pois se permanecermos no mesmo lugar seria necessária uma reforma para que possamos desenvolver um trabalho de qualidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	55

Na Secretaria de Educação, da qual faço parte, não existe um orçamento destinado a reforma daquela escola. Desde que eu saí da Papuda, há sete anos, todo ano a mesma briga é travada pela conquista de recursos para a reforma do local ou a nossa mudança para uma escola da Secretaria de Educação.

Sr. Secretário, peço que a nossa reivindicação seja analisada com muito carinho para que realmente possamos trabalhar com as crianças e os adolescentes na perspectiva a que nos propomos, ou seja, ajudá-los a trilhar um caminho.

Nós, profissionais que trabalhamos com essas crianças, nos preocupamos com o fato de haver essa mistura, pois precisamos definir que tipo de trabalho queremos realizar com essas crianças e adolescentes, bem como o tipo de educação que devemos transmitir a elas.

Acho que esse é o momento para discutirmos e lutarmos juntos na perspectiva de realizar o melhor trabalho com esses alunos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Quero dizer que ainda que não exista uma verba específica há uma ação geral de reforma e construção de escolas que pode ser adaptada.

Informo que na terça-feira passada o Governo encaminhou os projetos e está retirando de pauta – tínhamos 85 projetos do Executivo em regime de urgência aqui na Câmara Legislativa correspondente a essa legislatura e ao Governo atual – o projeto do Plano Diretor do Parque.

Então, está retirado da pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	56

S/Luciana S/Revisão: Alice.

Luciana T15 – Revisão: Alice R9

Então, está retirado da pauta. Portanto não há nenhuma discussão. Isso não significa que o Governo não possa reenviá-lo, mas, dos projetos a serem analisados por esta Casa, ele retirou 19 e um deles foi o Plano Diretor do Parque.

Digo isso porque, no Plano Diretor, havia uma grande polêmica: a extinção da escola dos meninos e das meninas do Parque da Cidade. Essa já foi uma grande luta. Enfim, é uma história comprida. Sempre estivemos juntos nessa discussão que é muito longa. Por hora, pelo menos, ela está retirada da apreciação nesta Casa.

Bom, estamos chegando ao final e eu estava falando para o Dr. José Agmar que as audiências públicas que realizamos não são um desabafo e uma constatação. Nós as realizamos na perspectiva de, realmente, discutir os problemas, de contextualizar-los e de buscar algumas soluções ou encaminhamentos.

Eu solicitei ao Dr. José Agmar que não saísse daqui sem dizer o prazo que a Secretaria de Planejamento tem para responder aos diversos pleitos que aqui foram colocados. Não vamos efetivar nenhum cárcere privado, obviamente, porque todos somos defensores de direitos humanos. Mas queremos que a Secretaria estabeleça um prazo para resposta, não para implementação.

Nós citamos uma série de relações que vamos oficializar à Secretaria de Planejamento e gostaríamos de saber o prazo para resposta – daqui a um mês, quinze dias, vinte dias, não sei. Mas é importante que saíamos daqui sabendo qual será o prazo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	57

Pontuarei algumas resoluções que, me parece, saíram desta audiência pública. Primeiro, aplicar a globalidade da lei. Isso significa tirar a contradição entre a metodologia do INESC, da ABRINQ e a possibilidade de outra metodologia, mas se fixar na metodologia do INESC, fazer a lei funcionar no que diz respeito à comissão. Isso já está na lei. Então, não queremos alterar, apenas cumprir o que está na lei.

Criar um grupo de trabalho para discutir as modificações. Eu acho que poderíamos tirar daqui o compromisso de criar esse grupo de trabalho e fazer uma discussão para alterar a lei naquilo que for considerado insuficiente, pouco claro ou pouco preciso na própria legislação – alterar a legislação. Isso não significa que não reconhecemos o avanço. Ele é absolutamente nítido e trabalhamos com ele, sem desconhecê-lo, sem negá-lo, para conquistar outros avanços, a partir, inclusive, da experiência do que foi considerado como insuficiente.

Então, estamos sugerindo que se crie aqui um grupo de trabalho para discutirmos o aprimoramento da própria legislação, para que possamos elaborar um novo projeto para alterar a lei no que for entendido como passível de alteração.

Aqui foram depreendidos alguns elementos, estou apenas pontuando, como a questão da metodologia. Vamos ver se resolvemos isso para o próximo relatório, até o dia 30 de março, para termos uma metodologia do INESC e da ABRINQ. Essa metodologia é a que está mais validada em nível nacional e até - diria - em nível internacional. Ela é aplicada, por exemplo, em Belo Horizonte. Essa cidade tem aplicado o OCA, usando uma metodologia que facilita todos os acompanhamentos necessários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	58

Espero que aqui sejam defendidos as fontes e os destinos dos recursos, ou seja, que saibamos exatamente de onde vêm os recursos. Essa é uma definição que existe, em geral, no Orçamento global. Ele vem com a fonte, mas é preciso que, no OCA e no relatório, tenhamos a fonte e, como disse a Perla,

S/Liana

Liana T16 – Revisão: Alice R9

e, como disse a Perla, também os destinos. Se o destino é uma entidade privada, se é a própria entidade pública. Enfim, que nós tenhamos um plano de elaboração de metas, porque acho que isso também é trabalho do próprio GT na perspectiva de modificar a lei. Que tenhamos um projeto de elaboração de metas, como tem o PPA, e instrumentos para auferirmos o cumprimento dessas metas.

Que tenhamos o comitê de apuração, porque ele é previsto na metodologia do INESC. Que seja implementado, e seria bom que isso pudesse ser efetivado através de portaria, decreto, enfim, não precisa da alteração da lei. À medida que vai se utilizar a metodologia do INESC, ela já prevê esse comitê que tem de ser regulamentado através de portaria ou decreto. Pode ser até explicitado já que estamos nos deparando com a possibilidade de aprimorarmos a lei.

Uma coisa que foi aqui falada e que é real mesmo é que seja feito o recorte das políticas porque isso facilita sobremaneira. Sei que é difícil. Na Saúde por exemplo. Sei disso até porque o Ministério Público fez uma série de reuniões para discutir política por política e quando chegou o dia em que se discutiu a política da Saúde foi complicado. É complicado você depreender o que vai para a criança e para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	59

o adolescente ali na política de saúde. Sei que não é fácil, mas acho que temos que começar. Como temos a legislação que é um grande avanço e temos aqui o relatório do Executivo, que reconhecemos como um grande passo, nós também temos que começar a tentar fazer os recortes. Em algumas políticas isso é obviamente muito mais fácil, já está quase que designada a ação, já está especificamente pontuado. Mas devemos tentar fazer, e reconhecemos que é difícil. Não há aqui nenhum sentido, mas reconhecemos também a necessidade de começar para que possamos, aos poucos, avançar aqui e ali no curso da experiência. Teríamos que fazer esses recortes das políticas e não a partir dos executores, ou seja, das Secretarias que aplicam a política.

A participação dos defensores de direito na elaboração do Orçamento. Acho que isso é muito importante e a Dra. Luisa de Marillac também falou uma coisa muito importante. A Câmara Legislativa do Distrito Federal, há alguns anos, na Legislatura passada ainda, começou a fazer audiências públicas. Ela recebe a proposta orçamentária e faz audiências públicas. E as sub-relatorias estão fazendo isso também, porque temos a sub-relatoria de políticas sociais, enfim, de planejamento. Há uma série de sub-relatorias na CEOF e elas também estão fazendo as audiências públicas. E aqui na Câmara já estamos fazendo por Região Administrativa, por política pública, enfim... Creio que é importante que o Executivo possa fazê-lo também, porque nós fazemos na Câmara Legislativa do Distrito Federal em cima da proposta que vem do Governo, que vem do Executivo, e nós temos um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	60

limite muito pequeno - parece que vinte por cento, se não me falha a memória - que podemos modificar aqui.

Eu também sei que o Executivo tem parte das despesas de natureza continuada e é difícil também movimentá-las, mas seria importante que se adotasse isso. Nós podemos fazer essa discussão na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e, obviamente, não aprovaremos porque não queiramos mas, pela relação de forças, nós só conseguimos aprovar objetivamente alguma emenda na LDO aqui nesta Casa – essa é a realidade – com o aval do Executivo, que conta com 19 dos 24 Parlamentares na sua base de sustentação no Parlamento. Então, já estou colocando isso para que possamos nos preparar para que até o Executivo, ao mandar a proposta, já inclua a questão da obrigatoriedade – eu diria – do próprio Executivo ou de audiências públicas para isso.

s/ Cláudia

GABYS R06

ou de audiências públicas para isso. O que puder começar já é bom. Falava-se em 2 bases de dados, a despesa fixada e executada ajuda bastante.

A questão do acompanhamento mensal, particularmente, das despesas executadas, foi falada por várias pessoas. É importante termos um acompanhamento mensal aqui na Câmara Legislativa, com a participação do Executivo, de comum acordo. Eu acho que podemos inserir isto na LDO também: o acompanhamento mensal da base de execução, o que, obviamente, pressupõe que haja a disponibilidade de informações mensalmente também. A Câmara Legislativa do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	61

Distrito Federal tem mecanismo para isso por meio do SIGO, acho que o Ministério Público também tem, mas é preciso tentar ampliar o acesso à informação ver por qual mecanismo. Todo ano tentamos ampliá-lo. Todo ano apresentamos emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias para ampliar os segmentos que terão acesso à execução. Nunca conseguimos aprovar, mas sempre fazemos essa discussão. Agora, temos um momento, pelo menos, para (ininteligível) para algumas outras instituições. É interessante a capacitação enquanto política pública. Podemos trabalhar isto – a capacitação no orçamento. Isso é bom, por incrível que pareça, porque aumenta o controle social e também é bom para o Governo. Eu já fui a várias escolas e os meninos discutem sobre o auditório, sobre o que o Sr. Pedro Henrique falava: “Lá no Guará há a previsão ‘x’ e não foi feito”. No CEAN, há a previsão de um auditório, há até uma emenda de minha autoria visando à construção de um auditório no CEAN. O que se passa para os meninos quando eles sabem disso? É que a Secretaria roubou, que a Direção da escola roubou e, quando se fala que desviou, quer dizer, tirou de uma ação para a outra, as pessoas pensam que o desvio é roubo.

Já ouvi muita gente falando assim: “Havia um dinheiro aqui, assegurado para fazer o asfalto e o administrador foi lá e roubou”, que ele não fez o asfalto. Isso acontece porque não se tem o entendimento de que é uma peça autorizativa e isso é importante até para que ele se inclua na luta para a execução. Deveríamos trabalhar uma forma para construir, enquanto política pública, a capacitação. Acho que devemos fazer isso aqui na Câmara também. Eu me comprometo a fazer um projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	62

de resolução para a Mesa Diretora e a própria CEOF para disponibilizar aos servidores da Câmara a capacitação no Orçamento Criança e Adolescente, senão isso fica só com o Gabinete "X" ou o "A", não se transforma numa política da Câmara. Acho que deveríamos levar isso à reunião com a CEOF, mas isso é uma edição para a Mesa Diretora.

Também estamos agendando para o Fórum OCA uma reunião com o Presidente da Casa, e todas essas coisas deveriam ser formalizadas pelo fórum, que está solicitando as audiências, para que possamos ter tudo isso no papel.

Essas são algumas das idéias aqui pensadas que eu consegui anotar. Há outras que depuraremos baseadas nas notas taquigráficas, que serão encaminhadas para a Secretaria de Planejamento, para a Secretaria de Educação, para a Secretaria de Saúde, enfim, para as secretarias que têm uma relação de execução de políticas muito ligada à criança e ao adolescente.

Procederemos a essas resoluções também, fazendo um apanhado e um extrato delas. Estamos abertos para sugestão das pessoas – as que estão aqui contribuíram com a discussão, sugeriram acréscimos ao documento. De toda sorte, até o dia 31 de março

GABYS R06

De toda sorte, até o dia 31 de março, é importante termos um GT, que vai discutir uma série de coisas. Vocês podem sugerir a forma como ele se dará. Queremos trabalhar nessa parceria para aprimorar e potencializar o avanço.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	63

Com essas considerações e com esse prazo de 30 de março, eu agradeço sobremaneira a presença do Sr. José Agmar de Souza, pois acho muito importante que a Secretaria de Planejamento esteja aqui para escutar, para colher as sugestões de todos os segmentos. Agradeço também a participação da nossa Promotora das Crianças e dos Adolescentes, Sra. Luisa de Marillac, da Sra. Márcia Acioli, que aqui está representando o INESC. Faço aqui um reconhecimento público da importância do referido órgão – como tem avançado e como tem nos ensinado na sua trajetória – e, particularmente, da Professora Márcia Acioli, que tem sido uma professora de todos nós.

Agradeço mais uma vez a presença da Sra. Assunção Fialho, dizendo que o Fórum OCA ganhou uma qualidade muito grande com o conjunto dessa coordenação, na qual incluo o Sr. Domingos Francisco de Souza, que tem sido árduo defensor dos direitos da criança e do adolescente, numa cidade imensa, a maior cidade do Distrito Federal, Ceilândia, e que conta, apenas, com o Conselho Tutelar. Há também a Sra. Perla Ribeiro, que tem nos ajudado muito na discussão orçamentária e que tem sido uma parceira de primeira, de segunda, de terceira e de quarta, de todas as nossas horas, nos momentos de angústia e nos momentos de alegria também.

Para finalizar, tenho um agradecimento muito especial ao Sr. Pedro Henrique Couto Torres. Ficamos muito felizes com a sua participação, porque ela é, um pouco, a expressão de como podemos construir essa condição de sujeito para os nossos meninos, para as nossas meninas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 02 2009	10h35min	Audiência Pública	64

Agradeço a presença de todos e de todas que aqui estão. Convido-os para sair amanhã no Gira Folia, que é o bloco do Projeto Geração, financiado pela PETROBRÁS, executado pelo CECRIA, Meninos e Meninas de Rua. O bloco sairá às 14h, da Praça do Povo. Os meninos estão com uma série de alegorias. Todos acompanharam a história deles: são vítimas da exploração sexual, da “drogadição”, da exclusão das exclusões que é a própria rua, o sem ser de casa. Eles se organizaram e estão com a sua própria batucada, com os seus próprios instrumentos de percussão, com as próprias alegorias e vão desfilar amanhã, a partir das 14h, com concentração na Praça do Povo.

Seria muito bom que todos nós que defendemos direitos da criança e do adolescente pudéssemos estar lá, participando dessa Gira Folia, e não apenas da “Gira lágrima”, da “Gira dor”, enfim, que vivenciássemos todos esses momentos.

Convido todos para estarem amanhã, às 14h, na concentração do Bloco Gira Folia, formado pelos meninos e meninas de rua da Rodoviária que fazem parte do Projeto Geração.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

Boa-tarde.

(Levanta-se a audiência pública às 13h04min.)